

Contributos para a compreensão do processo da comunicação humana

Conceição Lopes, Professora Auxiliar do Dep. de Comunicação e Arte da Universidade de Aveiro

Palavras chave: Comunicação; Processo da comunicação; Informação; Pragmática, Consequencialidade; Existência Humana.

O artigo que se apresenta destina-se, preferencialmente, aos estudantes alvo das disciplinas de formação inicial, leccionadas por docentes do Departamento de Comunicação e Arte, nomeadamente as disciplinas de Dramaturgia da Comunicação Humana, Comunicação Institucional e Comunicação e *Ludicidade*, fornecendo-lhes uma orientação básica que lhes permita aproximarem-se de uma análise compreensiva sobre o processo da comunicação.

Paul Watzlawick (1967) ao afirmar a impossibilidade do indivíduo não comunicar, destaca que todo o comportamento tem valor de mensagem e, consequentemente, reafirma que todo o comportamento é de natureza comunicativa.

A impossibilidade de cada indivíduo não poder deixar de não comunicar, não garante, por si só, a ocorrência da interacção comunicacional afirmada por Jacques (1985), nem a probabilidade da comunicação, porque, segundo Luhman, a comunicação é improvável (1993). Assim, a necessidade de reflectir e questionar as orientações acerca do processo da comunicação humana, pode ser um contributo para a busca da solução ao problema a resolver – comunicar de um modo eficaz não é tão fácil quanto parece.

1. Introdução

Geralmente confunde-se comunicação com informação, atribuindo à primeira palavra significados configurados no entendimento de que o processo de comunicação humana é apenas a transacção de conteúdos verbais iniciada por um emissor activo sobre um receptor passivo. E, mais ainda, de que nessa unidireccionalidade emissor e receptor são papéis isolados desempenhados alternadamente pelos indivíduos.

A comunicação humana é, antes de mais, comportamental e a informação, é uma das componentes universais do processo da comunicação humana que Bateson define como "a diferença que faz a diferença" e a "diferença que acrescenta uma outra diferença". Neste trabalho inicia-se uma aproximação compreensiva ao processo da comunicação humana realizada através do campo de estudos da pragmática,

campo de grande abertura aos contextos situacionais onde o processo de comunicação ocorre, e dos estudos teóricos da Escola de Pensamento de Palo Alto nomeadamente e entre outros, dos seus autores, Gregory Bateson, Paul Watzlawick, Yves Winkin, Sigman. Nesta perspectiva, o processo de comunicação é compreendido não como unidireccional, que pressupõe a existência de um emissor activo e de um receptor passivo, mas como um processo intencional, inevitável e irreversível, circular, interdependente e recíproco realizado pela participação de cada indivíduo. Utilizando a metáfora da orquestra, Winkin compara o processo comunicacional à orquestra. Tal como os músicos na orquestra buscam a harmonia através de interacções de ajustamento permanente, também o indivíduo, no processo de comunicação que protagoniza (motivado pelo desejo e vontade de se conhecer a si, de conhecer os outros, de persuadir e influenciar - se a si e aos outros e a divertir-se), ajusta-se permanentemente co-produzindo com os outros indivíduos/maestros da comunicação a partitura dessa orquestração. Contrariamente à orquestra musical, esta orquestração comunicacional não tem nem maestro nem partitura. A partitura é a mensagem co-produzida.

Do ponto de vista pragmático todas as componentes do processo da comunicação estão interligadas, sempre em movimento e em mudança constante, buscando uma harmonia, a inter-compreensão.

O conceito de comunicação subjacente a este trabalho considera que comunicação é condição de ser do Humano, manifesta-se diversamente e diversamente produz os seus efeitos. As palavras, silêncios, gestos, sorrisos, ausências, expectativas, espaço, tempo, tudo tem valor de mensagem.

2. Comunicação evolução semântica da palavra

Na língua portuguesa, a palavra comunicação designa: acto, efeito, meio, transmissão, relação, participação, ponto de passagem, convivência, ligação telefónica, trato e conversação (Machado, 1981: 346). A pluralidade destes usos coloca em evidência, não só, a diversidade do seu significado mas, também, o risco de não distinguir cada um dos fenómenos que a palavra designa.

O significado mais antigo de comunicação encontra-se no verbo latino *communicare* que quer dizer estar em relação e pôr em comum. Este pôr em comum suscita um movimento, ou força, que liga aquele que põe em comum com aquele que recebe e toma parte dessa partilha. Por sua vez, a parte comum articula a acção de dar e de receber, que ocorrem pelo facto de aquele que dá estar em relação com aquele que recebe.

Assim, em *communicare* encontram-se duas acepções para a mesma palavra: estar em relação e pôr em comum. Se se apelar também para o significado de *communio*, ou seja do que é comum, cuja raiz latina *communis* é a mesma de *communicare*, encontra-se outra acepção a de união entendida enquanto implicação. Destaca-se ainda que, no latim eclesástico, *communio* fala da comunhão dos crentes com Deus. Na linguagem corrente dos falantes da língua portuguesa, comunhão também dá conta da união que se realiza entre os indivíduos, quer seja espiritual, física, emocional, ou intelectual.

Todos estes significados: estar em relação, pôr em comum, partilhar, e estar em união vinculam os indivíduos que participam activamente dessa união em que estão implicados, na partilha de sentidos comuns e manifestam o sentido activo do processo da comunicação referido, entre outros, por Bateson (1977), Watzlawick et al., (1993), Hall (1986), Goffman (1974) Jacques (1979), Rodrigues (1990), Myers & Myers (1990) e Sigman (1995). Todos estes autores guardam do latim a significação original de *communicare*. Assim sendo, comunicar, mais do que transmitir é partilhar, compreender e intercompreender.

No percurso semântico nas línguas francesa e inglesa da palavra comunicação, segundo Winkin (1981), surge pela primeira vez em França em 1361, no livro de F. Oresme, com significado associado ao sentido original do verbo latino *communicare*. Este significado sofre um deslocamento semântico com um novo uso, que o dicionário de Funetière (1690) regista como transmitir: "*L'aimant communique sa vertu*". No século XVIII, surge a designação vasos comunicantes no contexto da física e da química e, no uso comum dos falantes do francês, a noção original é relegada para segundo plano, sendo a transmissão, ainda hoje, a noção que predomina na França contemporânea, estando ainda associada às vias de comunicação terrestre, ao telefone e aos *media*.

Este novo uso evidencia a significação da comunicação como uma passagem de informação de um ponto A para um ponto B e o sentido passivo da comunicação, a propósito do qual Jacques (1979) refere que se trata de uma simples transferência de sentido virtualmente comum. Apesar de esta transmissão pressupor a existência de uma relação, ela é neste significado precária, pois trata-se de fazer passar algo - a suposta informação - que pode ou não ser constituída como conteúdo da mensagem que foi deslocada do ponto X para o ponto Y.

Tal como em França, na Grã-Bretanha e segundo Winkin (1981), dá-se idêntico deslocamento semântico. A palavra aparece pela primeira vez no século XV ligada ao sentido mais antigo, mas, como refere o autor, mais próximo de comunhão. Sendo que dois séculos mais tarde se dá o deslocamento semântico para "o meio de pôr em comum" (ibid, 1981: 15). A sua generalização como transmissão ocorre também no século XVIII, com

o desenvolvimento dos meios de transporte, das redes de canais e dos caminhos - de - ferro.

Nos anos 30, nos Estados Unidos da América, e nos anos 50, na Grã-Bretanha, o uso da palavra comunicação abrange a designação da indústria da informação: nomeadamente a imprensa, a rádio, a televisão e o cinema.

Progressivamente, a palavra comunicação, significando transmissão, foi ganhando cada vez maior uso. Apenas em 1970, o dicionário Grand Robert introduz uma ruptura nesta significação dominante, apresentando uma sistematização que deixa ver o campo pluridimensional de significações atribuídas pelos falantes no uso da palavra comunicação, tais como: "A acção de comunicar algo a alguém. A coisa que se comunica. A acção de comunicar com alguém. A passagem de um lugar para outro. A relação dinâmica que intervém num dado funcionamento. A teoria das comunicações. A cibernética. A informação e a comunicação."

É no século XX, nos EUA, que a comunicação se torna objecto da ciência. Wiener, em 1948, publica a obra referencial *Cybernetics*. Em 1949, Claude Shannon, discípulo de Wiener, & Weaver publicam três artigos no *Bell System Technical Journal* sobre a teoria matemática da comunicação. Este modelo operou uma ruptura epistemológica ao ter em conta a comunicação e a informação como objectos da ciência e ainda hoje constitui uma das matrizes da análise do problema da transmissão da mensagem.

A noção de comunicação, subjacente à teoria matemática proposta por Shannon & Weaver, é a que prevaleceu depois do século XVIII, sendo uma teoria da "transmissão" da mensagem de um ponto A para um ponto B.

A multiplicidade e diversidade de usos que os falantes fazem da palavra comunicação, associam-se à multiplicidade de domínios dos estudos especializados no domínio das ciências da comunicação, o que nem sempre tem facilitado a compreensão do fenómeno da comunicação humana. Da psicologia à psiquiatria, à engenharia, à filosofia, à pedagogia, à linguística, às teoria e prática da política administrativa, ao marketing, à antropologia, à sociologia, aos estudos estratégicos de gestão, à prática militar, à informática, à investigação em inteligência artificial, à publicidade, à telemática, à semiótica, são todos corpos teóricos que se têm dedicado ao estudo da comunicação e onde a noção de comunicação se apresenta com conteúdos diversos, podendo no entanto identificar-se nos quatro agrupamentos de formulações de natureza distinta (Frade, 1991: 46): "as lógicas-matemáticas que acentuam a linearidade da transmissão de um ponto E para um ponto R; as normativas que acentuam a análise das técnicas e das condições para estabelecer o processo de comunicação; as operativas que acentuam o saber específico e especializado sobre o seu objecto de funcionamento e as espontâneas ou do conhecimento comum, que cada sujeito constrói ao longo do percurso da sua existência, pelo relacionamento que estabelece com os outros.

Independentemente da diversidade de formulações teóricas sobre a comunicação e da distinção de agrupamentos de formulação, verifica-se que é uma constante a significação de comunicação, enquanto transmissão de informação e enquanto relação de partilha e união entre os indivíduos.

3. Um campo de estudos da comunicação humana - A análise pragmática da comunicação

Pragmática é uma palavra de origem grega que designa a própria substância que enuncia, onde *pragma* e *pragmatiké* significam "história instrutiva destinada a dirigir a conduta" (Ibrahim, 1986). Segundo, Machado no Império Bizantino designava "o texto da lei que respondesse a questões apresentadas pelos indivíduos" (1981: 352).

Na língua portuguesa e, como refere Rodrigues no seu ensaio sobre pragmática da comunicação, "no século XVI, atesta-se a existência da palavra *prématica* e, no século XVII, a palavra pragmática coexistia com esta, cujo significado era o de norma jurídica" (1995: 24). Na actualidade, diz o autor, é usual os falantes confundirem pragmática com prática "confundimos muitas vezes uma pessoa ou um comportamento pragmático, com uma pessoa e um comportamento prático" (1995: 24). Esta confusão pressupõe a desvalorização do indivíduo ou de um comportamento que "não olha a meios para atingir os fins", sejam eles meios lícitos ou ilícitos. Pressupõe, ainda, um certo reconhecimento ou apreciação do indivíduo ou de um comportamento que se orienta por princípios e valores.

Curioso é, também, verificar que, na língua inglesa, a palavra pragmática aparece em 1872, fora do domínio das ciências humanas e sociais. Surge pela escrita da jornalista, romancista e poetisa Mary Ann Evans (1819-1880) nome próprio de George Eliot, cujo significado se radicava na interpretação da vivência prática.

No campo das ciências humanas e sociais é nos EUA, em 1898, que surge a primeira manifestação escrita da palavra pragmática (Ibrahim, 1986) associada a "pragmatismo" através do filósofo, médico e psicólogo William James (1842-1910). Na actualidade, pragmatismo designa uma corrente de pensamento filosófico, de inspiração europeia e muito divulgada nos EUA que "adopta como critério de verdade a utilidade prática, identificando o verdadeiro com o útil" (Machado, 1981: 352).

Outro norte-americano, o filósofo e lógico Charles Peirce (1839-1914), já antes de William James, em 1878, coloca em destaque no artigo "Como tornar as nossas ideias claras", a veracidade das ideias em função das suas consequências práticas e da possibilidade, ou não, de as verificar experimentalmente. É apenas em 1902 que Peirce utiliza a palavra pragmatismo, ao mesmo tempo que em França o filósofo Blondel, define pragmatismo como "uma ciência da acção" (Ibrahim, 1986).

Charles Morris, discípulo de Peirce, elaborou as bases gerais da pragmática, com a sua obra *Foundations of the Theory of Signs* publicada em 1938, definindo a pragmática como o estudo das relações entre os signos e linguagens e os utilizadores dos mesmos. Na obra *Signs, Language and Behavior*, (1946) Morris desenvolve a sua proposta inicial continuando a referir-se entre outros, aos trabalhos de Peirce, James, Dewey (1859-1952) e G. Mead (1863-1931) vindo a influenciar o pensamento filosófico, não só nos EUA como também na Europa, nomeadamente através de Schiller (1881-1937), Papini (1881-1956) e o Grupo de Viena, fundado em 1953 e do qual faz parte Carnap, que devidamente embuído do positivismo lógico refere que os estudos

sobre a linguagem não se deviam circunscrever apenas à sua estrutura formal (a sintaxe) mas também à relação da mesma com os objectos (a semântica) e ainda com o uso que os indivíduos dela fazem (a pragmática). Watzlawick et al. (1993) evidenciam como a pragmática engloba a sintaxe ao integrar este domínio, que especificamente diz respeito ao código linguístico da comunicação, à ordem das palavras e das suas combinações, na frase ou no grupo de frases, aos problemas da transmissão da informação e, ainda, aos problemas dos canais, dos ruídos e da redundância. A pragmática engloba, ainda, o domínio da semântica que diz respeito ao significado linguístico da comunicação e ao modo como as palavras se organizam, excluem, opõem e se relacionam com os objectos que denotam, para produzir a significação. Integra, também, o pressuposto semântico de considerar que, em qualquer acto de comunicação ou de troca de informação, existe uma prévia convenção semântica realizada entre os indivíduos envolvidos o que torna possível a sua compreensão (Watzlawick et al., 1993). A sintaxe, a semântica e a pragmática são, pois, três áreas distintas de análise da comunicação humana. As relações que a sintaxe e a semântica mantêm entre si, na análise pragmática, são relações de autonomia. Watzlawick (1990), citando George (1962: 41) e Cherry (1961: 120), refere que é verdadeiro afirmar que a sintaxe é do domínio da lógica matemática, a semântica do domínio da filosofia da ciência e a pragmática do domínio da psicologia.

Assim, a análise pragmática é uma análise de grande abertura aos contextos situacionais em que o processo de comunicação ocorre, estabelecendo inter-relações com diversos corpos teóricos (Rodrigues, 1995). Para além daqueles referidos por Watzlawick, Ibrahim (1986) acrescenta a antropologia, a sociologia, a etnologia, a linguística e a história, diversificando os seus enfoques em função da prioridade estabelecida em cada objecto de estudo, e ainda, a didáctica e a educação. Para Vion, a pragmática é "um lugar de investimento pluridisciplinar, um conjunto de discursos transversais de considerações filosóficas" e evidencia os estudos da Escola de Palo Alto, da Sociologia Americana e da Escola de Frankfurt (1992: 183).

Para Watzlawick, a análise pragmática é definida como "uma teoria geral dos signos, cuja orientação se define pelo uso que os indivíduos fazem dos símbolos e dos seus efeitos sobre aqueles que os utilizam" (1993: 22) e (1990: 14). Nesta perspectiva, Rodrigues clarifica afirmando que ela é o "estudo das relações que a linguagem estabelece com as situações e os contextos enunciativos e das maneiras como estas relações são asseguradas" (1995: 27).

Na análise da pragmática da comunicação, o foco da análise não é o emissor e o símbolo em si, mas é o emissor, o símbolo e o receptor, ou seja, são as relações entre os indivíduos e o efeito da comunicação no comportamento de cada um.

Numa tentativa de delimitação dos campos de estudo da análise pragmática, Ibrahim (1986) e Rodrigues (1995) identificam e designam diversamente a existência de duas acepções de pragmática. Ibrahim (1986: 61) designa a existência de uma acepção restritiva e de uma acepção extensiva. A acepção restritiva deriva da sua focalização na perspectiva das convenções internas ao sistema da língua e estuda a relação da palavra com o seu uso, interpretando-a numa teoria da acção. A

acepção extensiva é mais abrangente e estuda os signos, constrangimentos, interações, condutas, ritos, actividades, representações e estratégias presentes no processo de comunicação.

Rodrigues (1995), por seu lado, alude também à existência de duas acepções de pragmática, fazendo-as derivar do grau de reconhecimento e da relação existente entre a situação enunciativa com o sentido do discurso. Assim, designa uma delas por posição extrínsecalista que considera a análise pragmática como apenas a análise dos usos individuais que os falantes fazem da linguagem. Ou seja, é extrínsecalista porque "considera que a situação enunciativa é exterior à produção do sentido, intervindo esta apenas para designar as coisas a que os locutores se referem, não interferindo como elemento de valor semântico dos enunciados" (1995: 32).

Esta acepção é identificada pelo autor, nos estudos de inspiração saussuriana e integra os sub-campos da pragmática accional (Rodrigues, 1995: 107) e diz respeito ao "estudo da linguagem enquanto acção à realização dos actos que intervêm de alguma maneira na constituição e na transformação do mundo" (ibid: 36). Integra ainda a "pragmática conversacional" (ibid: 139) diz respeito ao "estudo dos processos inferenciais, tais como as implicações e as pressuposições, que os falantes são levados a realizar, no decurso dos processos de interlocução, para compreenderem o sentido que os enunciados dão a entender" (ibid: 36). A segunda acepção é a posição intrínsecalista que considera indissociável a relação entre a significação dos signos e dos actos discursivos, através dos quais os falantes apreendem o mundo. Nesta posição, Rodrigues identifica os estudos de inspiração peirceana e integra, ainda, a dimensão da pragmática indexical (ibid: 39) que diz respeito à relação dos enunciados com os interlocutores, com as situações, com os contextos de enunciação e com o mundo representado pelos signos linguísticos (ibid: 35).

Assim, a acepção restritiva de Ibrahim corresponde a posição extrínsecalista de Rodrigues. À posição intrínsecalista de Rodrigues corresponde a acepção extensiva de Ibrahim. Quer Ibrahim (1986) quer Rodrigues (1995) convergem, ainda, na consideração de que, independentemente da posição adoptada e da delimitação do objecto de estudo em causa, a pragmática, em qualquer uma das acepções, mantém sempre a sua dimensão dialógica e interaccional. A importância actual da abordagem da análise da pragmática da comunicação é ressaltada por Watzlawick (1990), ao considerar como este tipo de análise é revelador da realidade de cada um. A este propósito, Rodrigues, também escreve "a actualidade desta disciplina é, por conseguinte, devida a uma progressiva pragmatização da experiência, à recente redescoberta de que as nossas relações com o mundo estão inscritas de maneira inalienável na experiência da linguagem e, de a natureza destas relações depender dos procedimentos inerentes à interlocução, visando o entendimento recíproco e mútuo da comunidade dos homens" (1995: 19).

4. A comunicação é consequencial (Sigman, 1995)

Reconhecendo-se a natureza consequencial da comunicação e de que o processo da comunicação como processo social primário que o indivíduo realiza ao longo da vida e desde que nasce, Rodrigues (1996), Sigman (1995), e Cronen (1995), evidenciam nos seus trabalhos as considerações filosóficas existencialistas, associadas à natureza ontológica do ser da existência concreta da espécie humana, onde o "eu" e o "ser-com", não são separáveis do "mundo em comum" (Heidegger 1927: 118).

A natureza consequencial da comunicação afirmada por Sigman (1995) e Cronen (1995) diz respeito à lógica do significado da criação, recriação e armazenamento do património de mensagens que cada indivíduo possui. Deste modo, ela não é nem algo exterior que o indivíduo decide fazer, nem é um efeito daquilo que os indivíduos são. Consequencialidade situa-se mais nos procedimentos dinâmicos do processo da comunicação, menos nas suas consequências e menos ainda nos efeitos finais do mesmo.

Com o fim de clarificar a distinção apresentada por Sigman e Cronen (ibid), acerca da natureza consequencial do processo da comunicação, faz-se recurso à etimologia das palavras consequencial, consequencialidade e consequência. *Consequentia* que em latim significa "sucessão", na língua portuguesa significa o efeito de uma acção (Machado, 1981:394), ou seja, uma resultante da acção. Daí que consequência da comunicação seja, como referem os autores, os efeitos resultantes de uma dada acção. O sufixo "al" de consequencial exprime uma função, o que atribui à palavra um novo significado de uma relação de pertinência. Ou seja, a comunicação é consequencial pela condição relacional que emerge do próprio indivíduo. Por sua vez, o sufixo "dade" de consequencialidade indica uma qualidade, um estado ou condição, ou seja, um modo de ser. Portanto, a consequencialidade do processo da comunicação é um modo de ser e, como tal, distingue-se do conjunto de consequências que ocorrem no processo da comunicação onde esse modo de ser se revela, se exprime e produz efeitos.

A natureza consequencial significa tudo o que se exprime durante o processo interaccional dos indivíduos uns com os outros e, mais ainda, as suas consequências que são entendidas como resultados finais do processo e constituem uma pequena parte do mesmo. Desta distinção decorre, ainda, a consideração de que o processo comunicacional não deriva apenas da estrutura da linguagem verbal, das características particulares de cada indivíduo ou das estruturas sociais dos indivíduos, mas é de todas elas que o processo da comunicação é feito.

Para Cronen (1995), a comunicação humana é o processo no qual a intencionalidade é criada, dado que a natureza consequencial da comunicação é o lugar da acção, onde a consequencialidade se exprime por diversas conexões (consequências) que emergem,

para serem criticadas, mudadas e ou abandonadas pelos indivíduos, que ao comunicarem realizam as suas intenções (conscientes ou não) e deverão assumir a responsabilidade dos efeitos das suas escolhas.

5. Consequencialidade e existência humana

Também Watzlawick et al desenvolvem a ligação entre comunicação e existência humana referindo-as como conceitos inseparáveis (1993: 235).

Deste modo, considera-se intrinsecamente ligada à consequentialidade da comunicação a perspectiva existencial que, em Heidegger (1927), corresponde à materialização do ser que se manifesta no processo da construção da intencionalidade da sua elaboração concreta no mundo. Assim sendo, reconhece-se que a consequentialidade do processo da comunicação demonstra o próprio ser do sujeito existente, que Heidegger designa por *Dasein* e que tanto é o existente singular e concreto, como também, o ser da existência humana em geral, ou seja, o ser universal, pela possibilidade que oferece ao indivíduo, para que através da reflexão sobre esse existente, apreender o sentido do mundo.

Para Heidegger, o homem está situado de modo dinâmico no tempo e no espaço. Estar no mundo, é para Heidegger, a determinação do *Dasein*, o ser que se confunde com o *Wessen*, o ser do ente, o ser em, ou estar em, condicionado pelo existir - o ser ôntico - concreto e ontológico do *Dasein*, enquanto possibilidade concreta da existência do eu. Existir é estar postado na clareira do ser, denominado eu, a "*ec-sistência* do homem com aquilo em que a essência do homem conserva a origem da sua determinação" (Heidegger, 1973: 55). Esta ligação é constitutiva do próprio eu (ibid, 1927: 52-54).

A este propósito, Vattimo, interpretando Heidegger, refere que o existente é temporal, o "homem está referido ao seu ser como sua possibilidade mais próxima" (1989: 109), possibilidade que redescobre quando comunica. Este poder ser no estar-aí é ser-no-mundo, esta mundanidade do mundo funda-se no eu que está em relação com os outros *Dasein*. O *Dasein* tem este modo de ser que consiste em existir com o outro (ibid, 1927: 125). Assim o estar-no-mundo "é estar e existir em comum com os outros" (ibid, 1927: 118). A afirmação "o mundo é uma miríade de mensagens" de Norbert Wiener (1947) faz ver a totalidade do mundo e do indivíduo enquanto ser-no-mundo e que como tal lhe pertence por estar a ele ligado, não apenas por uma relação de dependência que o próprio homem constrói pelas escolhas que faz para se situar, mas, também, por uma relação de independência pela possibilidade de pensar o eu no mundo.

"Estar-no-mundo" (Vattimo, 1989: 31), mais do que estar em relação com as coisas, evidencia uma familiaridade com a totalidade de significados do mundo, familiaridade que, segundo Heidegger, é construída pelo diálogo constantemente referido aos outros

A vida, ou a existência, é o projecto, o poder ser do próprio *Dasein* (Heidegger, 1927: 142-166), é um "transcendente (...) organizador do mundo" (Heidegger, 1927: 90). É neste sentido, que Watzlawick et al. comparam a vida a um sócio "um sócio existencial a quem o homem propõe a sua definição do eu e a vê confirmada ou desconfirmada e esforça-se para receber

desse sócio indícios sobre a natureza do real das suas relações" (1993: 236).

As estruturas existenciais são o sentimento da situação originária do ser-no-mundo e a interpretação que o homem lhe dá, e que se manifesta na linguagem, considerada por Heidegger, como "a casa onde mora o ser". A questão agora será saber como constrói o homem essa significação de si e do mundo. Como é que o *Dasein* conhece o mundo do qual faz parte integrante? Para Heidegger, o *Dasein* só pode apreender o mundo através da relação prática que mantém com as coisas, o que equivale a dizer que a primeira apreensão do mundo é utilitária e interessada.

A resposta à pergunta é dada por Heidegger ao referir que é necessário desvelar a ideia de

"mundanidade" (1927: 63). O fenómeno mundo é a totalidade de possibilidades que o *Dasein* confere aos objectos intramundanos. Daí que não há sujeito sem mundo. Assim, o "estar-no-mundo é um mundo em comum e, para mim, estar é existir em comum com os outros" (ibid: 118).

O *Dasein* é necessariamente diálogo, porque o seu existir é em si mesmo dialéctico, está constantemente referido aos outros que, no seu conjunto, constituem o mundo do *Dasein* (ibid, 1927: 170). Esta maneira de ser "está presente no quotidiano da existência no mundo e assume uma forma autêntica e uma forma inautêntica" (1927: 166-180). Cada uma integra uma sensibilidade, uma interpretação, uma dis-cursividade e uma explicitação particular.

A forma inautêntica dá testemunho do fenómeno de abandono do *Dasein*. Heidegger refere-se à imersão do *Dasein* no quotidiano através de três fenómenos: o "tagarelar", o "espírito de curiosidade" e a "equivocidade". "tagarelar - admite a possibilidade de se compreender tudo sem necessidade de uma prévia adaptação às coisas" (ibid, 1927: 169) e ainda se refere ao esvaziamento e à corrosão da linguagem, instrumento de dominação do ente, sublinhando mais tarde Heidegger "a responsabilidade estética e moral em qualquer uso da palavra" (1973: 40). O "espírito de curiosidade" só se preocupa com a aparência das coisas, ou seja, com a novidade em si e não com o significado das novidades. Isto é, preocupa-se em olhar mas não vê (1927: 170-173), esta curiosidade transmite ao *Dasein* a ilusão da autenticidade. No terceiro fenómeno da "equivocidade", o *Dasein* fica instalado "onde quotidianamente tudo acontece, mas onde nada se passa" (1927: 173-175).

A estes três fenómenos do "estar-aí" e do "ser-no-mundo", Heidegger designa de "descaimento" ou "desprendimento". É que o *Dasein* está "descaído" pela imersão completa ao mundo e ao seu ser comunitário. Este descaimento é o modo de "não-ser" no sentido de "não-ser-si-mesmo", tornando-se diferente de "si-mesmo", está alienado. Deste modo, o *Dasein* perde as suas possibilidades, tornando-se o ser um problema do seu próprio ser.

O descaimento, desprendimento e a fuga do *Dasein* de si mesmo, não são factos concluídos, estão sempre em aberto. É pelo cuidado", e pela preocupação (ibid: 180-184) que a existência autêntica do *Dasein* fica a descoberto.

O caminho para cuidar pela preocupação do *Dasein* é para Heidegger o pensar (1986). Na reflexão que inicia na Carta sobre o Humanismo a Jean Beaufret (1973), Heidegger apresenta a essência do pensamento e a sua

relação com o ser, dando-lhe um duplo significado pensamento do ser. O pensamento é o pensamento do ser. O genitivo significa aqui duas coisas: o pensamento é do ser enquanto instituído pelo ser e pertence ao ser e o pensamento é igualmente pensamento do ser na medida em que pertencendo ao ser lhe presta ouvidos. Heidegger ao apresentar o pensamento e a sua relação com o ser sublinha a acção que é pensar “o pensar age enquanto se exerce como pensar”. Este agir é provavelmente o mais singelo e, ao mesmo tempo, o mais elevado porque interessa à relação do ser com o homem (...) o pensar, (...) deixa-se requisitar pelo ser para dizer a verdade do ser. O pensar consome este deixar (1973: 38).

Neste sentido, pensar é uma acção e é uma acção que está ao serviço do ser para que o ser seja. Essa acção regista-se como um “empenho”, um envolvimento no *Dasein*. Diga-se que o pensamento é uma acção produtora e criadora. O pensamento é o pensamento do ser, ou seja, que compreende o ser. Daí o pensamento ser pertença do *Dasein*. Não é apenas empenhamento no ser, em favor e através do ente, no sentido do efectivamente real da situação quotidiana. O pensar é o empenhamento através e em favor da verdade do ser (...) sempre na eminência de um devir (1973: 39). Pensar não é um servo da acção. Heidegger, ainda adverte que “para aprendermos a experimentar (...) a citada essência do pensar, o que significa ao mesmo tempo realizá-la, devemos libertar-nos da interpretação técnica do pensar, cujos primórdios recuam até Platão e Aristóteles” (1973: 34). Deste modo, pensar não está ao serviço de um fazer. Pensar é consumir o ser que é acção e que se expõe na linguagem, que descobre o ser. O agir do pensar sendo consumir o ser, não é nem uma acção prática nem uma acção teórica nem a imbricação destes dois comportamentos, ele é consequencial ao *Dasein* que por este é requisitado. A tarefa do pensar em Heidegger é também trazer à linguagem a historicidade do ser que nele permanece, o *humanitas* que existe no coração de um tal pensar, que é o cuidar para que “o homem seja humano e não des-humano, inumano, isto é, situado fora da sua essência” (1973: 41).

Para Heidegger, o homem encontrará o caminho para cuidar, preocupar-se, conservar e proteger o *Dasein* através do pensar e do falar. O pensar recolhe a linguagem (...), abre sulcos invisíveis na linguagem (1973: 97) porque o “*logos* é um abrigo (...) nesta habitação do ser, mora o homem” (1973: 37) “antes de falar, o homem deve novamente escutar, primeiro, o apelo do ser (...) somente assim será devolvida à palavra o valor da sua essência e o homem será agraciado com a devolução da casa para habitar na verdade do ser” (1973: 40) porque a linguagem é “a casa da verdade do ser” (1973: 40). A preocupação envolve o pensar e corresponde a uma maneira diferente do comportamento do *Dasein* face a essa quotidianidade do mundo. Assim, o *Dasein* apreenderá de maneira diferente.

Subjacente ao cuidar e à preocupação está a angústia que o *Dasein* sente perante o mundo, pela indeterminação da ameaça do nada. A angústia é para Heidegger o sentimento mais profundo do *Dasein* (princípio e origem da vontade, do anseio, do desejo, da inclinação, do impulso...). A angústia é a forma da autenticidade. É a revelação do poder-ser na possibilidade cujo fim é a morte (1927: 255-260). É pela

angústia, que o *Dasein* “é constrangido a usar a liberdade de se escolher a si mesmo” (Jolivet, 1956: 118) e ser responsável de si mesmo, pela escolha de uma existência autêntica, que aniquila o nada e enfrenta o existente ou uma existência inautêntica.

A historicidade, entendida enquanto coincidência e unidade do *Dasein* com o *Wessen*, integra o ser-paradiante, ou existência. O estar-já-no-mundo ou o estar-arremessado-aí desenvolve-se no intervalo entre o nascimento e a morte (Heidegger, 1927: 231-235).

6. Comentários finais

O processo da comunicação é muito mais do que a transmissão de informação. O processo da comunicação é ainda diferente do que geralmente se diz ser. O processo da comunicação é a inter-relação e a interacção compartilhada ou espartilhada, protagonizado pelos indivíduos, quer tenham ou não, disso consciência, tendo em vista a materialização de uma intencionalidade, mediada pela compreensão de si, de si com os outros, na situação e com os seus mundos de vida.

No processo da comunicação humana emissor e receptor não são papéis desempenhados pelos indivíduos, mas sim lugares que os indivíduos ocupam reciprocamente no processo da comunicação que protagonizam. Ou seja, o facto de um indivíduo estar a dominar verbalmente uma audiência, significa também que a diáde relacional configurada por cada um desses indivíduos se mantém activa na orquestração da comunicação que protagonizam. Cada indivíduo é simultaneamente E/R no mundo de significados e sentidos que compartilham para serem inter-compreendidos ou mudados, ou abandonados. Deste modo, o processo de comunicação humana não é apenas a transacção de conteúdos verbais iniciada por um emissor activo sobre um receptor passivo, por que nem o emissor, nem o receptor, são papéis isolados, mas lugares simultâneos que ocupam reciprocamente no processo da comunicação.

Por último, a relação estabelecida entre a problemática existencial e a pragmática da comunicação da Escola de Palo Alto abre o campo da análise compreensiva sobre o processo da comunicação, à interpretação sobre a complexidade da interacção humana e social. Para o próximo artigo desenvolveremos este tema a partir da explicitação das componentes universais do processo da comunicação humana e dos seus patamares de ocorrência.

7. Bibliografia

- Bateson, G. (1977). *Vers Une Écologie de L'Esprit*, Tome I, Ed. Seuil.
- Bateson, G. (1980). *Vers Une Écologie de L'Esprit*, Tome II, Ed. Seuil.
- Bateson, G. (1987). *Natureza e Espírito*. Lisboa.
- Bateson, G.; RUESCH, J. (1951). *Communication: The Social Matrix of Psychiatry*. Norton. N.Y.
- Bateson, G.; RUESCH, J. (1989). *Communication et Société*. Paris. Seuil.

Frade, P. (1991). Comunicação. In *Dicionário do Pensamento Contemporâneo*, Dir. Manuel Maria Carrilho, Lisboa, Circulo de Leitores.

Goffman, E. (1974). *Les Rites d'Interaction*. Paris, Minuit.

Goffman, E. (1988). *Les Moments et leurs Hommes*. Paris, Seuil.

Goffman, E. (1993). *A Apresentação do Eu na Vida de todos os dias*. Lisboa, Edições Relógio d'Água.

Hall, E. T.

(1986).

Heidegger, M. (1962). *Le Principe de Raison*, Paris, Gallimard.

Heidegger, M. (1971). *El Arte y el Espacio*, Monografia Nº 6 de la Escuela de Arquitectura de Sevilla.

Heidegger, M. (1986). *Essais et Conférences*. Paris, Gallimard.

Heidegger, M. (1973). *Carta sobre o Humanismo*, carta a Jean Beaufret. Porto, Guimarães & Cª.

Heidegger, M. (1927).

Ibrahim (1986). In Lopes, Conceição. (1998).

Jolivet, R. (1956). *As Doutrinas Existencialistas*. Porto, Liv. Tavares Martins.

Jacques, F. (1979). In Lopes, (1998)

Lopes, C. (1998). *Comunicação e Ludicidade*. Tese de Doutoramento em Ciências e Tecnologia da Comunicação. Universidade de Aveiro.

Luhman, N. (1993). *A improbabilidade da Comunicação*. Ed. Veja.

Machado, J., P. (1981). *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa. S.L.P. Amigos do Livro. Ed. Lda.

Marc, E.; Picard, E. (1994). *L'École de Palo Alto*. France, Retz.

Myers et Myers (1990). *Les Bases de la Communication Humaine*. Macgraw-Hill, Inc.

Rodrigues, Duarte, Adriano (1990). *As Dimensões da Pragmática na Comunicação*. Brasil, Diadorim.

Rodrigues, A. (1999). *As Técnicas da Comunicação e da Informação*. Presença.

Rodrigues, Duarte, Adriano (1989). *Estratégias da Comunicação*. Lisboa. Presença.

Rodrigues, Duarte, Adriano (1991). *Introdução à Semiótica*. Lisboa. Presença.

Rodrigues, Duarte, Adriano (1994). *Comunicação e Cultura*. Lisboa, Presença.

Sigman, S., J. (1995). *The Consequentiality of Human Communication*. USA, Ed. Lawrence E. Ass. Ltd.

Vattimo, G. (1989). *Introdução a Heidegger*. Lisboa, Ed. 70.

Watzlawick, Paul (1993). *Pragmática da Comunicação Humana*. Brasil. Ed. Cultrix.

Watzlawick, Paul (1990). *Munchhausen's Pigtail*. N.Y., Norton.

Watzlawick, Paul (1983). *The Situation is Hopeless But not Serious*. W.W.Norton & Cª.

Watzlawick, Paul (1992). *A Realidade é Real?*. Lisboa. Relógio d'Água.

Watzlawick, Paul; Beavin, J.; Jackson, D. (1967). *Pragmatics of Human Communications*. EUA, W.W. Norton & Cª.

Wiener, N. (1947). *Cybernetics: Or control and Communication in the Animal and the Machine*, N.Y.J.W.& Sons.

Winkin, Yves (eds.) (1981). *La Nouvelle Communication*. Paris, Seuil.

Wittezaele, J. J. & García, T. (1992). *À la Recherche de l'École de Palo Alto*. Paris.